

Programa Primeira Infância Melhor: um exemplo de boas práticas em Educação

*Scheila Paula Zorzan*¹

RESUMO - A temática de que trata este trabalho diz respeito a relevantes aspectos teórico-metodológicos da estrutura do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), uma política pública pioneira no Rio Grande do Sul e no Brasil. Trata-se de um Programa intersetorial, integrando as áreas da Saúde, Educação, e Assistência Social, de ações comunitárias, respeitando a cultura local da população atendida, com foco na instrumentalização das famílias para a estimulação ao desenvolvimento integral de suas crianças. Para além de seus objetivos, em decorrência da forma como se encontra estruturado, o PIM assume concomitantemente outros papéis - os quais não poderiam ser chamados secundários, uma vez que não são menos importantes. Tais papéis encontram-se devidamente detalhados nesta abordagem.

Palavras chave: Programa Primeira Infância Melhor, Gestão, Educação, Política Pública.

Better First Childhood Program: an example of good practices in education

ABSTRACT - The theme addressed by the present study has to do with relevant theoretical and methodological aspects of the structure of the Better First Childhood Program - known in Portuguese by the acronym PIM, which is a pioneer policy in the State of Rio Grande do Sul as well as in Brazil. It is all about an inter-sectional Program that integrates the fields of Health, Education, Social Assistance and community actions, taking into consideration the local culture of the target public and focusing on giving the families tools to enable the stimulation and development of their children. Besides its goals, due to the way it is structured, the Program also plays other roles at the same time - which cannot be considered secondary, for they are not less important. Such roles are studied in great detail in the lines that follow.

Keywords: Better First Childhood Program, Management, Education, Public Policy.

¹ Mestranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - PUCRS.

Introdução

O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública pioneira no Rio Grande do Sul e no Brasil, criada em abril de 2003, com o objetivo de “orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças, desde a gestação até os seis anos de idade”. O referido Programa, hoje uma política de governo do Estado, sustenta-se em três eixos: a intersectorialidade, o caráter comunitário das ações e o protagonismo familiar. Ação de caráter socioeducativo, o PIM encontra-se oficialmente lotado na Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS) – o que, inicialmente, gerou uma série de objeções: muito questionava-se em relação às razões pela qual uma iniciativa de tal natureza não houvera partido da Secretaria da Educação. Aparentemente paradoxal, a situação do PIM no organograma do Estado veio, gradativamente, ratificando conceitos bastante “teorizados” e insuficientemente aplicados na prática: o de que a Educação está presente em todas as áreas, através das diferentes possibilidades de ação, e o de Saúde como algo de abrangência social. O Programa propõe a integração dos referidos conceitos, sugerindo que ações conjuntas (entre áreas de interesse comum) têm resultados absolutamente mais significativos que ações isoladas, paralelas e, não raro,

redundantes. Pode-se perfeitamente fazer uma analogia com a máxima “o todo é mais do que simplesmente a soma das partes”.

Com referência nos pressupostos de Vygotsky, Piaget, Bowlby, Winnicott e Brunner, além dos recentes estudos da Neurociência, o PIM foi criado à luz do programa cubano “Educa a tu Hijo”, do Centro de Referencia Latinoamericano para La Educación Preescolar (CELEP), em uma iniciativa do gestor estadual da Saúde da época, após serem conhecidas várias experiências (em nível mundial) de ações voltadas à chamada “primeira infância”, reconhecidos universalmente os benefícios de intervenções destinadas a tal faixa etária (trata-se de um período considerado uma “janela de oportunidade”, ou seja, uma fase essencial para a estimulação adequada às competências de todas as dimensões do desenvolvimento). No caso do modelo cubano, o mesmo foi escolhido como base para o PIM em virtude de sua estrutura melhor se aproximar da realidade brasileira e gaúcha. O PIM é uma parceria entre o Estado e os Municípios habilitados ao Programa, integrando em ambas esferas as áreas já mencionadas, através do apoio dos respectivos gestores, e execução de equipe técnica cujos profissionais têm formação nas mesmas áreas.

Na esfera estadual, atualmente o PIM integra o Departamento de Ações em Saúde (DAS), como uma de suas principais ações.

Cabe salientar a evolução do Programa neste sentido. Inicialmente, tratava-se do “carro chefe” da gestão de governo da época, integrando a Assessoria Técnica e de Planejamento (ASSTEPLAN). Com o tempo, reconhecida unanimemente sua importância, pelos gestores de todos os Municípios do Estado – independentemente de questões partidárias – tornou-se Lei Estadual (12.544, de julho de 2006). Mais recentemente (dezembro de 2010), passou, então, a integrar o DAS. O fato mais relevante neste sentido, diz respeito ao Programa existir, de fato (e se fortalecer), ao longo de três períodos de governo, conduzidos por gestões partidariamente distintas, o que demonstra sua importância encontrar-se acima de tal questão.

No que se refere a sua estrutura, na esfera estadual o PIM compõe-se pela Coordenação, pelo Departamento Administrativo e pelo Grupo Técnico Estadual (GTE). O GTE é integrado por servidores públicos do Estado e consultores técnicos contratados em parceria com organismo internacional – a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que apoia o Programa. Esta equipe capacita, acompanha e assessora os Municípios, responsáveis pela execução direta do Programa junto à comunidade. Nos Municípios, apoiados pelos gestores das áreas mais diretamente envolvidas no Programa, existem os Grupos

Técnicos Municipais (GTM), compostos por técnicos com formação nas referidas áreas. O GTM de um Município capacita, coordena, acompanha e avalia o trabalho dos chamados Visitadores – profissionais que realizam o atendimento propriamente dito das famílias selecionadas para o Programa. No caso de Municípios com número a partir de cinco Visitadores, há também a figura do Monitor, um profissional com formação na área da Educação, destinado a acompanhar mais diretamente o aspecto didático das atividades realizadas com as famílias (função que, embora também de competência do GTM, acaba por ter acompanhamento insuficiente destes técnicos em se tratando de um número maior de Visitadores, considerando-se que os representantes técnicos das áreas são profissionais previamente integrantes do quadro da Prefeitura e, portanto, responsáveis também por inúmeras outras atribuições).

Dada a estrutura do PIM, que pressupõe o apoio dos gestores às ações e intervenções da equipe nos Municípios, compreende-se a importância da postura dos mesmos em relação ao Programa. Neste sentido, insere-se a investigação da Mestranda, que se propõe a identificar aspectos diferenciais no perfil de gestores implicados com a causa, os quais, através do apoio oferecido ao trabalho da rede, condicionam resultados satisfatórios do

programa.

A metodologia do programa

Os Visitadores, profissionais em sua maioria com nível médio de formação, são uma ponte entre a família e a equipe da rede municipal de serviços. Devido à frequência com que encontram as famílias (o atendimento é semanal), acabam por adquirir um papel complementar ao de orientação das famílias para o desenvolvimento integral das crianças. Estes profissionais acabam por se tornar identificadores, mobilizadores de demandas comumente ocultas na comunidade, devido à impossibilidade de uma permanência maior dos técnicos da rede no local. Este é um dos aspectos fundamentais do PIM, no sentido de ampliar o caráter de promoção à qualidade de vida das famílias, acrescentando às ações o um caráter preventivo. Ou seja, identificando precocemente possíveis demandas, a rede tem melhores perspectivas de atuação nos diferentes casos, muitas vezes solucionando questões antes destas se agravarem – o que implica, além de melhores resultados, em menores custos para a Administração Pública.

Vale ressaltar o caráter comunitário das ações, que busca, além de considerar a realidade local, respeitando e valorizando sua cultura, identificar potencialidades de

atuação da própria comunidade. Isto ocorre essencialmente através da troca de informações entre os Visitadores e a equipe técnica. Os Visitadores trazem as informações, sem a obrigatoriedade de decodificar as possíveis demandas nelas existentes. A equipe técnica, por sua vez, detentora de conhecimentos específicos das diferentes áreas, avalia os conteúdos, reconhecendo possíveis demandas e analisando possibilidades de atuação em relação a elas. Em grande parte das situações, não necessariamente trata-se de demandas específicas das áreas mais diretamente envolvidas com o PIM. Nestes casos, a equipe as encaminha para os setores afins, em geral elaborando ações conjuntas com estes (lembrando o “objeto de interesse comum” de todos os setores: a comunidade).

Outro aspecto essencial da metodologia do Programa, diretamente relacionado com o respeito e valorização da cultura local da(s) comunidade(s), é a disponibilidade para avaliação das particularidades das diferentes situações encontradas, no sentido de identificar não só as fragilidades, mas também as fortalezas das famílias. As adversidades com que a equipe se depara esbarram, com frequência, nos defeitos do sistema, o que não implica diretamente em impossibilidade de dar encaminhamento a tais demandas – do contrário, em grande parte dos casos. encontra-se soluções de esforço conjunto

entre a rede e a comunidade, expressando claramente uma característica vital desta forma de atuação: a resiliência. Muitas vezes os resultados do trabalho da rede são muito melhores na adversidade, que o seriam com um funcionamento sem falha dos serviços. Isto ocorre em razão dos profissionais se despirem de concepções ortodoxas, flexibilizando-as em prol de novas possibilidades – o que, além de ampliar estas possibilidades, aproxima rede de serviços e comunidade, fortalecendo um vínculo essencial ao sucesso das ações.

Retomando os eixos de sustentação do PIM, torna-se fundamental enfatizar o protagonismo familiar. Não seria arriscado supor que este seja talvez o aspecto mais relevante de toda a metodologia. Embora a finalidade de toda a abordagem seja o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades da criança/indivíduo, o objetivo do Programa prioriza a orientação das famílias – sua capacitação, seu esclarecimento, sua instrumentalização – tornando-a apta a estimular suas crianças, de forma direcionada aos indicadores das faixas etárias. Este é um dos fatores essenciais a um papel histórico do PIM: o de ruptura do caráter assistencialista, presente, ainda, em grande parte das ações da rede, de modo geral.

Já na fase de adesão das famílias ao Programa, elas são conscientizadas em relação ao fato de não virem a receber algo

“palpável” em troca de sua colaboração (participação ativa e efetiva) nas atividades. As famílias, gradativamente, compreendem que “ganham” algo, sim, participando do PIM – porém trata-se de algo muito maior, a médio ou longo prazo. Algo de que elas são os protagonistas. É dispensável maior explicação da importância que isto tem no histórico da evolução das famílias durante o atendimento. É inerente a este processo o aumento da autoestima destas famílias, que passam, gradativamente, a compreender que elas têm um enorme potencial na direção do que podem oferecer ao futuro de suas gerações. Depois de algum tempo, a comunidade compreende que as adversidades e as condições geralmente menos favoráveis de vida não são determinantes lineares de um futuro limitado. As famílias reconhecem o valor que têm, o próprio potencial. Reassumem seu papel, de responsáveis primeiras na educação de suas crianças, compondo junto à rede o que seria o meio-termo de fases bastante radicais no que concerne à concepção de quem deve educar. Há tempos, o pensamento da sociedade apontava a Escola como responsável única por tal papel. Tempos depois, com toda a razão, a sociedade finalmente deu-se conta de que tal função pertence em primeira instância à família (se a família não puder fazê-lo, quem mais o poderá?). Finalmente, chegam os tempos em que, felizmente,

protagonizamos a era de um pensamento no mínimo infinitamente mais coerente (família: “toma que o filho é teu, sim!” - mas a rede de serviços “está aí” para ajudá-la, orientá-la prepará-la para educá-lo e cuidá-lo, de modo que cresça saudável e feliz).

Não menos relevante que os aspectos mencionados, é destacar, também, que o PIM, originariamente destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social, pode ser oferecido a toda a população do Município, desde que este tenha a estrutura necessária para prestar o atendimento em maior escala, sem, no entanto, decrescer em qualidade. Desta forma, o fator vulnerabilidade social torna-se apenas um critério de seleção de famílias em Municípios que não se encontram em condições de estender o atendimento à totalidade da população.

Entre as áreas geográficas selecionadas para o atendimento do Programa, há também critérios para a seleção de famílias que o Visitador deve atender (geralmente em número de vinte e cinco por profissional). Tendo em vista o caráter de promoção e prevenção da intervenção na primeira infância, as famílias prioritariamente selecionadas devem ter, entre seus integrantes, crianças de zero a três anos (a “primeira infância” propriamente dita) e gestantes (no intuito de otimizar as possibilidades de estimulação do bebê, desde a vida intrauterina). No caso das

famílias somente com crianças de três a seis anos, salvo casos específicos (no quais outros aspectos passam a ser prioritários), passam a integrar o Programa na condição das demais não serem preteridas. Estas famílias, cujas crianças não mais se encontram na chamada “primeira infância”, recebem o atendimento no sentido de suas crianças terem garantida a estimulação adequada para a faixa etária, a fim de que não haja uma lacuna entre a estimulação adequada/satisfatória da primeira infância no PIM e o início da vida escolar. Entretanto, famílias cujas crianças (com idade a partir de três anos) já se encontram em escolas infantis não necessariamente precisam se abster do Programa - o ideal é que a família possa conciliar ambos atendimentos. A propósito, nesta fase do desenvolvimento infantil (período de três a seis anos), o PIM intervém sobre um elemento fundamental na vida da criança: a socialização. Especialmente nesta fase, em que a criança já encontra-se relativamente independente, pronta para explorar o mundo (caminha, corre, expressa seus desejos e necessidades), as Modalidades de Atenção (termo utilizado para denominar a forma de atendimento semanal às famílias) passam a destacar a chamada socialização. Trata-se de preparar a criança para uma vida social mais ampla, extrapolando o universo familiar e de pessoas mais próximas. A criança aprende a conviver com outras pessoas, além daquelas

com quem está habituada ao convívio diário. Para tanto, introduz-se, de forma lúdica (elementar a todas as atividades de estimulação), regras sociais, normas de convívio. Desta forma a criança aprende a conviver de forma harmoniosa com pessoas de características semelhantes ou distintas das suas.

Faz-se importante mencionar os recentes resultados da avaliação do PIM (realizada em 2010), na qual o Programa teve todas as suas estruturas submetidas a análise. Em se tratando especialmente dos índices de desenvolvimento infantil, as crianças do Programa tiveram maior número de ganhos alcançados nas faixas etárias, em relação ao período em que ingressaram no atendimento. Além disso, em comparação com o chamado Grupo Controle (crianças nas mesmas faixas etárias do PIM, que não participaram do Programa e tampouco receberam outros atendimentos do mesmo tipo), as crianças da amostra do Programa obtiveram resultados melhores, em todas as faixas etárias. Também foram observadas mudanças positivas de ordem qualitativa, essencialmente relacionadas ao vínculo familiar, bem como a hábitos de rotina (como higiene e organização da moradia). Tais mudanças estão intimamente ligadas à forma criteriosa e complexa como as equipes são orientadas a conduzir as atividades junto às famílias. De modo geral, estes resultados apenas ratificam o que se

fala sobre resultados: ganhos a médio e longo prazo, concretos, sólidos.

Considerações Finais

A metodologia utilizada na investigação segue os princípios da pesquisa-ação, uma pesquisa de caráter eminentemente pedagógico, que se propõe a investigar e, paralelamente, a atuar no campo pesquisado, com vistas à qualificação permanente do processo analisado.

A relação estabelecida entre o objeto da investigação (o PIM) e a linha de pesquisa escolhida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEducação) - Políticas, Práticas e Formação de Professores/PUCRS - diz respeito, além da importância da gestão na Educação, aos aspectos intrínsecos da metodologia de atendimento às famílias, que, embora não seja passível de aplicação integral na instituição escolar, oportuniza a reflexão sobre elementos fundamentais ao sucesso do Programa. Tais elementos referem-se, fundamentalmente, à aproximação entre a família e a Escola, ou seja, a conscientização da família em relação à importância da parceria com a Escola no papel de educar.

OBRAS CONSULTADAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MELILLO, A. (Org. et al.). **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHNEIDER, A.; Ramires, V. R. **Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública**. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

YOUNG, M. E. (Org.). **Desenvolvimento da primeira infância: da avaliação à ação: uma prioridade para o crescimento e a equidade/tradução** Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

YOUNG, M. E. (Org.). **Do Desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças**. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.

ZABALZA, M. **Competencias docentes del profesorado universitario: calidad y desarrollo profesional**. Madrid: Narcea, 2003.

_____. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

Artigo submetido em junho de 2011.

Aceito em junho de 2011.